



Agência Folhas

CONFERÊNCIA DO MÊS

Condicionantes culturais na educação

O professor Eduardo Portella faz a *Conferência do Mês* de agosto (dia 20, às 9h) sobre *Condicionantes Culturais na Educação*. Ele é diretor geral adjunto da Unesco desde 1988. Foi ministro da Educação e Cultura (1979-1980) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portella é autor, entre outros, dos livros *Retrato Falado da Educação Brasileira*, *O Intelectual e o Poder* e *Democracia Transitiva*. A conferência insere-se nas discussões que o Programa Educação Para a Cidadania vem realizando desde março de 1991.

Butor fala sobre atual literatura francesa

O escritor francês Michel Butor realiza no dia 19 de agosto, às 15h, palestra sobre *A Literatura Francesa Contemporânea*. Ele é autor de *L'Emploi du Temps* (1956), *La Modification* (1957) e *Degrés* (1960), obras que o consagraram como um dos expoentes do *nouveau roman*, movimento literário francês iniciado nos anos 50.

Programação ago/set

As Áreas, Grupos e Programas do IEA prosseguem em agosto e setembro com suas atividades abertas ao público. *Pág. 8*

A análise de Weffort

As novas democracias latino-americanas na verdade ainda são processos democráticos cuja consolidação só será atingida com economias organizadas e em crescimento. A avaliação é do cientista político Francisco Weffort. *Pág. 4*

As propostas de Serra

Segundo o deputado federal José Serra, há quatro áreas da Constituição que precisam ser alteradas na revisão prevista para 1993: sistema político-eleitoral, federalismo, sistema tributário e as atribuições dos três poderes. *Pág. 2*

Fórum Capital-Trabalho



Mauro Belles

As conclusões e recomendações da primeira etapa do Fórum Capital-Trabalho foram divulgadas no dia 17 de

junho. Iniciado em dezembro de 1991, o Fórum é constituído por centrais sindicais e entidades do empresariado. *Pág. 3*

Serra propõe revisão ampla

Alterações devem envolver o sistema político-eleitoral, federalismo, sistema tributário e atribuições dos poderes, segundo deputado

Mesmo que a revisão da Constituição tenha início em 6 de outubro de 1993, os trabalhos invadirão 1994, um dos maiores anos eleitorais da história republicana brasileira, com eleições do presidente da República, governadores, dois terços dos senadores, deputados federais e estaduais. Segundo o deputado federal José Serra (PSDB/SP) a impropriedade é total: "É uma crise com data marcada, pois os parlamentares estarão em campanha e pode-se prever a tentação populista que haverá". Ele fez esse comentário na conferência *A Reforma da Constituição em 93*, no dia 25 de maio.

Serra considera exótica a tese de alguns políticos e juristas de que a revisão da Constituição é limitada, devendo apenas se restringir à adaptação da Carta à forma e ao sistema de governo a serem escolhidos no plebiscito marcado também para o próximo ano. "O artigo segundo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias trata do plebiscito sobre forma e sistema de governo, o artigo terceiro da revisão da Constituição após 5 de outubro de 1993. Um artigo complementa o outro, mas não são interdependentes."

EQUÍVOCOS - Serra relacionou três enganos em relação à Constituinte de 1987: a nova Constituição foi encarada como documento fundamental de uma espécie de pacto democrático no Brasil, mas não foi o que aconteceu nem seria a Constituição a maneira de fazê-lo; a Constituinte deveria ter sido exclusiva para a elaboração da Constituição; os trabalhos deveriam ocorrer a partir de um texto de referência, assim teria sido evitado o caráter "assembleista" que a Constituinte teve.

O deputado identifica quatro grandes áreas a serem retificadas na Constituição: sistema político-eleitoral, federalismo, sistema tributário e responsabilidades dos três poderes.

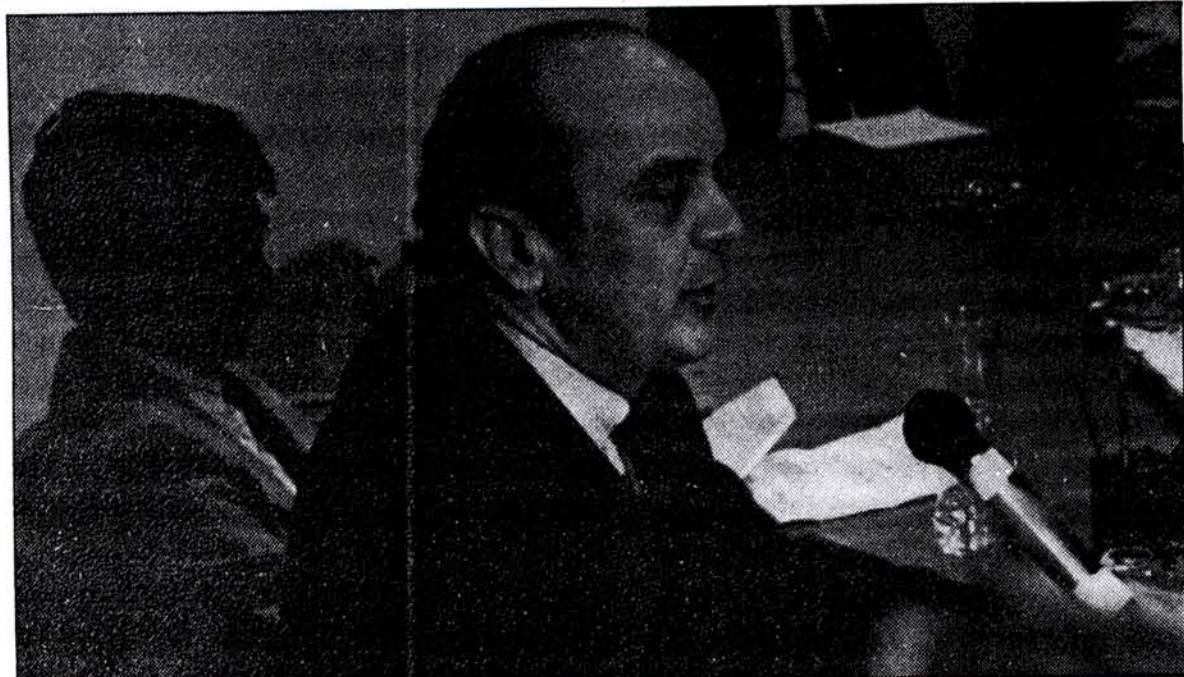
Quanto à área político-eleitoral, ressaltou a necessidade de adaptação caso o parlamentarismo seja escolhido no plebiscito, e nesse caso "as forças presidencialistas tentarão desfigurar o parlamentarismo no texto constitucional". Deverá ficar claro que o presidente será o chefe de Estado, mas sem atribuição em matéria de governo. Os ministros terão de ser parlamentares. Também terão de ser estabelecidos mecanismos que permitam agilidade na dissolução de governo. Por outro lado, disse Serra, se a opção no plebiscito for pelo presidencialismo, "então deverá ser um presidencialismo real, no qual, por exemplo, não seja permitido que o Congresso possa destituir ministros".

Serra acredita que se deva retirar da Constituição a especificação do sistema eleitoral, pois não considera possível estabelecer na revisão um sistema distrital misto. Defende também o estabelecimento de uma real proporcionalidade entre o total de eleitores de cada estado e o número de representantes na Câmara Federal. "O Brasil é o país com maior distorção no mundo quanto a essa proporcionalidade." Além disso, o sistema partidário exacerba o individualismo: "Um deputado muda de legenda e não perde o mandato e existem as legendas de aluguel; a Constituição precisa estabelecer um percentual mínimo de votos para que um partido possa ter representação no Congresso". Na sua opinião, o voto deve ser estimulado, mas não deve ser obrigatório.

REGIONALISMO - O principal fator de déficit público do País são os interesses regionais, segundo o deputado. Estados e municípios têm o dobro da folha de salários do governo federal e investem seis vezes mais que a União. Soma-se a isso a falta de uma política unificada monetária e de comércio exterior: "Não há uma política monetária unificada porque os estados criam moeda através de seus bancos e a política de comércio exterior está sendo destruída porque os estados estão tributando produtos com valor adicionado de 500%".

No que se refere ao sistema tributário, Serra julga necessário retirá-lo da Constituição, que apenas estabeleceria a repartição da competência (o que governo federal, estados e municípios poderiam tributar); as garantias do contribuinte; e a necessidade de uma maior equalização regional em termos tributários. Todo o resto seria estabelecido através de legislação.

Para Serra, não é correto desejar que o Senado cumpra apenas a função federativa: "Vamos ter de resolver a relação entre Senado/Câmara. Hoje o Senado funciona como a Câmara, tendo como única diferença o fato de não atuar como terminal quando o projeto de lei é do Executivo, mas os senadores também podem elaborar projetos e derrubar vetos do governo. Caso o parlamentarismo seja aprovado isso não vai ser mais possível". Ele defende também a descentralização do Judiciário, evitando-se que muitas decisões tenham de ser julgadas por tribunais federais. Além disso, certas distorções devem ser eliminadas, como o fato de a Justiça do Trabalho acabar tendo um papel legislativo: "Ela tem de decidir questões individuais, não legislar".



Dario Borelli

Serra: "A revisão em 1994 é uma impropriedade total"

Fórum Capital-Trabalho

Representantes das centrais sindicais de trabalhadores e de entidades empresariais divulgaram no dia 17 de junho as conclusões e recomendações resultantes da primeira etapa do Fórum Capital/Trabalho.

O objetivo central do Fórum é propiciar um diálogo que evidencie os pontos de consenso e as questões em que há divergências entre Capital e Trabalho. As propostas são de médio e longo prazo, procurando-se identificar políticas e medidas fundamentais para o desenvolvimento do País.

Iniciado em dezembro de 1991, o Fórum foi constituído por solicitação das entidades participantes à USP. A presidência é do reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho e a coordenação está a cargo do IEA.

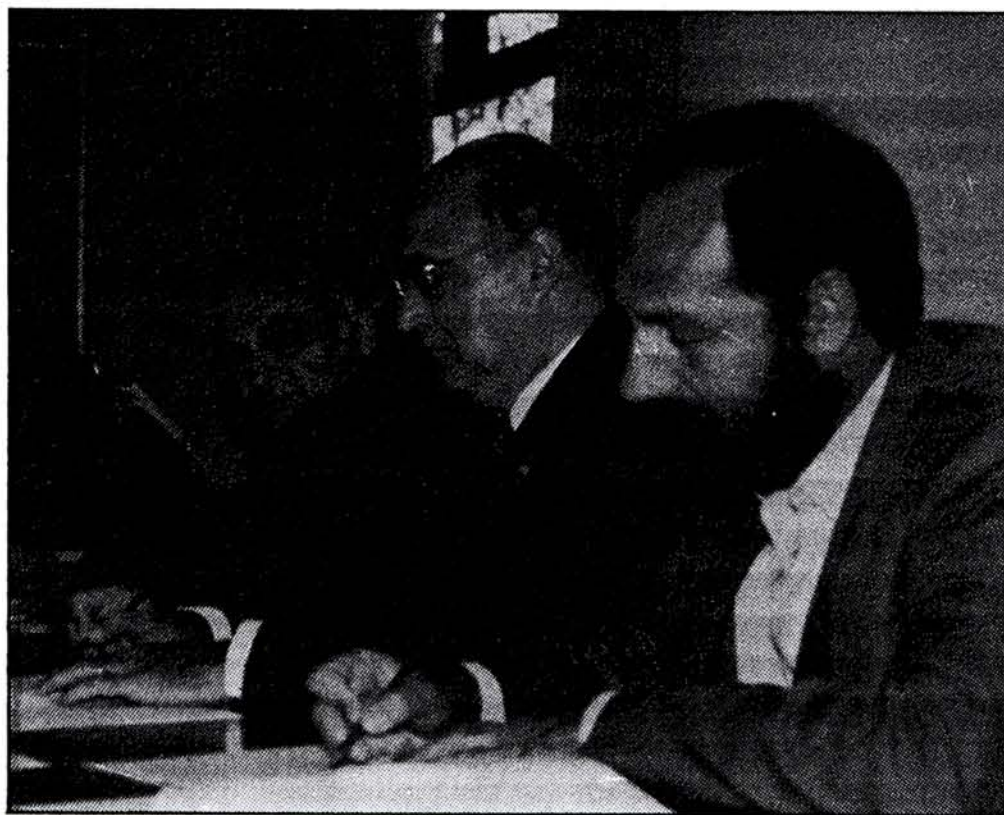
Nessa primeira etapa, os trabalhos concentraram-se numa agenda de temas prioritários, debatidos por quatro grupos integrados por representantes das entidades e professores da USP. A seguir, um resumo das conclusões e recomendações do Fórum.

GRUPO 1: REFORMA DO ESTADO, REFORMA FISCAL E REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO - A estratégia da reforma deve passar pela descentralização do Estado, com a ampliação das formas de atuação coletiva e das práticas associativas.

A revisão constitucional deve tornar a Constituição sucinta e menos programática, com a indicação precisa do poder de Estado responsável pela implementação de cada item programático.

É necessário estabelece-se a legitimidade da representação popular na composição da Câmara dos Deputados, observando-se o princípio de cada homem um voto. O Fórum também defende uma reforma fiscal que dê maior racionalidade e produtividade ao setor público e simplifique os sistemas de arrecadação.

A identificação dos pontos de consenso e das divergências marcou a primeira etapa de discussões



O reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Paulo Roberto Pereira da Costa (Fiesp) e Jair Meneguelli (CUT) durante a assinatura do documento

GRUPO 2: POLÍTICA DE RENDA E DE MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITAL/TRABALHO

O sistema de relações de trabalho deve ser autônomo em relação ao Estado e despido de corporativismo. O reconhecimento mútuo da legitimidade dos interesses do Capital e do Trabalho é condição essencial, bem como o reconhecimento da negociação direta e permanente como mecanismo mais adequado e um valor a ser perseguido.

Quanto à política de rendas, avançou-se na discussão do

salário mínimo, cuja recuperação do valor real deve se dar no âmbito de uma política de desenvolvimento com distribuição de renda, procurando-se atingir uma maior participação dos salários na renda nacional.

GRUPO 3: POLÍTICA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E DE COMÉRCIO

Para a superação da baixa competitividade de determinados setores é preciso recriar um ambiente favorável aos investimentos produtivos internos e externos, fortalecer o mercado interno, aperfeiçoar

o perfil educacional da população, assim como aprofundar a discussão das condições de intercâmbio mundial de bens e serviços e de mecanismos de proteção do mercado.

Quanto à agricultura, acentuou-se a urgência de estímulos ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos; também concluiu-se pela necessidade de estímulos à produção de bens de consumo de massa, como a redução da carga tributária sobre os produtos da cesta básica.

No que se refere ao comércio, houve concordância sobre a desregulamentação de toda a cadeia de produção e distribuição, de forma a quebrar o sistema cartorial instalado no País; atuação firme e ágil do Estado para o cumprimento das leis que coíbem as práticas desleais de comércio e impedem o pleno exercício da concorrência; e manutenção de uma taxa de câmbio real e estável.

Quanto à indústria, propõe-se a desburocratização das normas do Estado em relação ao pequeno e médio empresário; maior aporte de recursos financeiros, oficiais e privados, à pesquisa tecnológica; desburocratização da atividade econômica; e redução da proteção aduaneira para exposição do mercado interno a maior concorrência.

GRUPO 4: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Foi aprovada a Carta Educação, que apresenta um diagnóstico do sistema educacional e questiona, entre outros pontos, os critérios de aplicação dos recursos públicos no setor. A Carta Ciência e Tecnologia, por sua vez, analisa as implicações da área com o desenvolvimento econômico e social, fazendo indicações para a elaboração de uma nova política nacional de C&T.

As Conclusões e Recomendações do Fórum e a Memória dos Grupos Temáticos foram publicados na Série Especial Relações Capital/Trabalho da Coleção Documentos.

Entidades participantes

O Fórum Capital-Trabalho é constituído pelas seguintes entidades: Confederação Geral dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Confederação Nacional do Transporte, Pensamento Nacional das Bases Empresariais, Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas do Brasil e Universidade de São Paulo.

Na primeira etapa dos trabalhos, ocorreram 10 reuniões de coordenação geral e 40 reuniões dos grupos temáticos, com a participação de 60 pessoas. Contribuíram para o debate 16 professores da USP.

As novas democracias da América Latina são democracias em processo de formação, mistas, precariamente representativas e permanentemente ameaçadas a partir de seu interior, sofrendo o risco de emergência de novos fenômenos populistas, carismáticos ou autoritários de qualquer natureza. Esses riscos tornam-se mais ou menos possíveis se os movimentos dos quais elas se originaram continuarem a não ser capazes de atingir a formação de verdadeiros regimes democráticos. O cientista político Francisco Weffort fez essa afirmação no dia 11 de junho, na conferência *As Novas Democracias e Crise Econômica na América Latina*.

Essa consolidação democrática dependerá da capacidade de reorientação no plano econômico, ressaltou. "Não consigo escapar do argumento clássico segundo o qual para se ter uma democracia consolidada é preciso uma economia funcionando organizadamente e em crescimento, e este não é o caso da maior parte dos países latino-americanos nos últimos dez anos."

Lembrou que nos anos 50 e 60 o sociólogo Seymour Lipset e outros pesquisadores enfatizaram a idéia de que democracia política é um fenômeno de sociedades urbanas, modernas e industrializadas. "Alguns críticos depois chamaram essa concepção de determinismo ou

POLÍTICA

Democracias em processo na AL

Consolidação depende de reorientação econômica



Wefort: "A transição democrática continua"

sociologismo, mas naquela época era dada como definitiva."

No período das ditaduras militares latino-americanas essa visão teórica perdeu muito terreno, segundo Weffort. "O Brasil dos anos 70 foi de grande perplexidade intelectual, havia um milagre econômico em pleno regime auto-

ritário."

Nos anos 80, comentou, os estudos das grandes transformações políticas na América Latina passaram longe das considerações econômicas, "afinal a chamada década perdida assistiu o surgimento de vários regimes democráticos no subcontinente."

Ele citou que o cientista po-

lítico espanhol Juan Linz chama a atenção para a autonomia da política, da *political craftsmanship* (habilidade política), isto é, da arte da política no processo do *constitutional building* (construção constitucional). Segundo Weffort o norte-americano Alfred Stepan, entre outros, também se alinha nessa corrente de reflexão. "Isso não significa que Linz e Stepan ignorem a existência de problemas econômicos e sociais. Eles apenas não consideram relevante o grau de influência desses problemas no plano político. A razão desse raciocínio e a situação excepcional dos anos 70."

Ele ressaltou o caráter misto dessas novas democracias latino-americanas. Lembrou que no Chile o general Augusto Pinochet continua comandante-em-chefe das forças armadas e cerca de 600 funções importantes no governo são controladas por integrantes do antigo regime, sendo que algumas o serão até 1998. "No Brasil, "a Nova República herdou um sistema de intervenção estatal que cresceu violentamente na época da ditadura". Considerados esses casos e outros, para Weffort a transição democrática latino-americana continua.

O texto de referência da conferência de Francisco Weffort no IEA, Novas Democracias. Quais Democracias? foi publicado em Série Especial da Coleção Documentos.

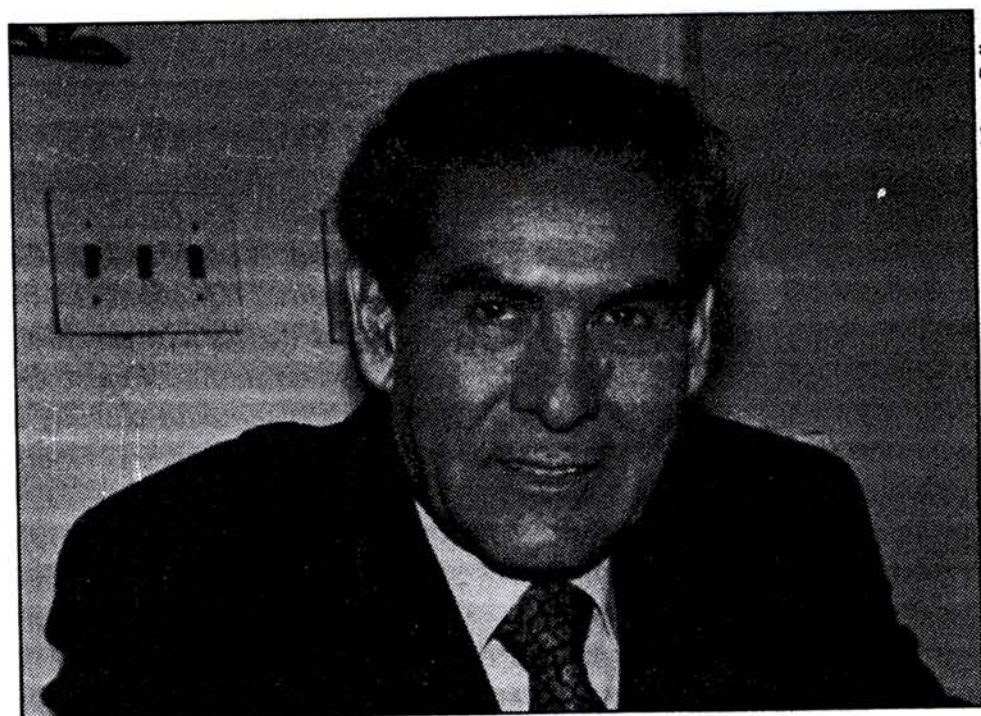
PESQUISA

Quijano inaugura Cátedra Simón Bolívar

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (foto) será o primeiro pesquisador latino-americano a ocupar a Cátedra Simón Bolívar. A escolha foi feita por uma comissão de orientação e anunciada em junho.

Considerado um dos mais renomados sociólogos latino-americanos, Quijano é autor, entre outros, dos livros *Cultura y Dominación* (1980) e *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina* (1988). Foi fundador do Centro de Investigaciones Sociales do Peru, professor da Universidade do Estado de Nova York (EUA) e professor visitante da Área de História das Ideologias e Mentalidades do IEA (1991).

As atividades de Quijano junto à Cátedra Simón Bolívar - criada a partir de convênio entre a USP e a Fundação Memorial da América Latina (FMAL) - terão início em setembro. De acordo com o regulamento da Cátedra, durante sua estada no IEA, ele desenvolverá um trabalho original de pesquisa e fará palestras no Instituto e na FMAL.



Estado e universidade diante do Mercosul

Prosseguindo com os trabalhos do Projeto Mercosul, foram realizados dois seminários durante os meses de maio e junho.

O primeiro reuniu representantes diplomáticos dos quatro países integrantes do Mercosul. Na ocasião, eles tiveram a oportunidade de fazer um balanço do atual momento da negociação, bem como das razões que levam seus dirigentes políticos a optar pela integração regional. Além dessas questões, foi sugerido que comentassem os seguintes tópicos:

- cumprimento dos prazos estabelecidos no Tratado de Assunção;
- principais dificuldades do processo;
- identificação dos atores-chave;
- perspectiva de institucionalização do Mercosul.

Há uma percepção diferenciada do Mercosul entre os quatro membros, seguindo o nível de abertura de suas economias para terceiros mercados. Ficou claro que para o Uruguai, representado no seminário por Carlos Maria Monteiro, a opção mercosuliana está no âmago de todo o planejamento de desenvolvimento do país. Com uma grande tradição liberal caracterizada pelo livre trânsito de bens, capital e pessoas, o Uruguai parece demonstrar ser o mais apto e talvez o mais interessado no pleno sucesso do Mercosul.

O Paraguai, com uma população predominantemente rural e com um sistema comercial bastante singular com baixíssima tarifa externa, visualiza o Mercosul com interesse e apreensão. O interesse é consequência das relações econômicas privilegiadas com os três parceiros e a apreensão nasce da insuficiente industrialização do país, bem como da interrogação quanto ao



Carlos Onís Vigil, da Argentina, e Carlos Maria Monteiro, do Uruguai, no seminário realizado em maio

destino das zonas de exportação de produtos de terceiros países.

A posição argentina de adesão ao Mercosul é fundamentada essencialmente na busca de uma maior eficiência econômica e da consolidação do processo democrático, comentou Carlos Onís Vigil. Estas parecem ser também as razões primeiras para o Brasil, representado no seminário por Sérgio de Abreu Lima Florêncio. O Mercosul também deve aumentar o nível de confiança na Bacia do Prata e eliminar as oposições veladas e abertas do passado entre Buenos Aires e Brasília.

Todos concordam que os prazos de transição estabelecidos no Tratado de Assunção serão cumpridos. Não se descarta porém a possibilidade de salvaguardas temporais e/ou setoriais até que seja implementada uma reestruturação das áreas sensíveis.

O processo de negociação foi, no início, exclusivamente governamental. Essa fase começa a ser superada na medida em que foram sendo associados progressivamente os Legislativos nacionais e os agentes de produção. Esta participação é ainda insuficiente e todos defendem a idéia de um diálogo com os agentes sociais, em especial os

sindicatos, associações de defesa do consumidor e representantes militares. A universidade, como terreno neutro e competente, está sendo chamada a prestar seu concurso para o encaminhamento do período de transição.

Visualizam-se dificuldades com setores que até o momento estão protegidos por altas tarifas alfandegárias. O Paraguai prevê, num primeiro momento, um incremento no nível de desemprego e propõe que qualquer oscilação elevando a oferta de mão-de-obra seja compensada pela livre circulação dos trabalhadores, segundo Juan Alfredo Buffa.

As disparidades sensíveis nas políticas previdenciárias e trabalhistas, a dificuldade de coordenação de políticas macroeconômicas e a eliminação de assimetrias de custo parecem ser outras questões que preocupam os negociadores.

Finalmente, os quatro países entendem como inevitável a institucionalização do processo com a criação de um órgão supranacional. O estabelecimento de uma agenda comum quando da última reunião de Las Leñas sinaliza que, apesar das dificuldades de ordem prática diante da crise financeira do Estado e das malogradas experiências com secretariados latino-americanos

no passado, o Mercosul deverá estabelecer ao final do período de transição, um órgão permanente a ter sua sede, tudo indica, em Montevidéu.

O segundo seminário reuniu 53 representantes de 21 universidades brasileiras. Foram apresentados no evento os trabalhos que cada instituição está realizando sobre a integração no Cone Sul. Com o apoio do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), professor Eduardo José Pereira Coelho, reitor da PUC/Campinas, decidiu-se estabelecer as bases para uma estratégia comum para a participação universitária no encaminhamento das questões integracionistas.

Após debates, concluiu-se que o Crub proporá à USP a assinatura de um convênio de cooperação para o estabelecimento de uma rede de instituições e especialistas sobre integração. O IEA encarregou-se, através do Projeto Mercosul, de iniciar esse trabalho.

Segundo sugestão do professor Nelson Maculan Filho, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, decidiu-se a realização de um próximo seminário, no final de setembro, na UFRJ. A pauta para essa reunião inclui os seguintes pontos:

- definição das implicações educacionais e culturais do processo de integração;
- possibilidade de intercâmbio discente e docente entre os quatro países;
- compatibilização curricular e reconhecimento de títulos universitários;
- perspectivas de cooperação em C&T;
- livros didáticos na América Latina.

Esses trabalhos foram acompanhados pelo Memorial da América Latina, que atualmente realiza pesquisa sobre harmonização curricular nos quatro países.

Este primeiro seminário nacional certamente será o ponto de partida para uma constante e articulada participação acadêmica na construção do Mercosul.

(Ricardo Seitenfus - professor visitante e coordenador do Projeto Mercosul do IEA)

Estudos Avançados 14

O principal destaque do número 14 da revista *Estudos Avançados*, que será lançado este mês, é a íntegra da conferência *A Questão Nacional: A Modernização*, feita pelo jurista, cientista político e historiador Raimundo Faoro em 30 de março no IEA. Distinguindo os conceitos de modernidade e modernização e aplicando-os à vida nacional, Faoro discute os percalços que o País atravessa na busca do desenvolvimento.

A edição traz ainda dois textos que guardam relação direta com 1992, ano do quinto centenário da descoberta da América e, também, marco para a luta ecológica em escala mundial. São eles: *Encontro de Duas Culturas: América e Europa*, de Francisco Iglésias, e *A Redescoberta da Natureza*, de Milton Santos.

A natureza é também o fulcro de discursos epistemológicos que dela parecem distanciar-se ao extremo para melhor entendê-la e nomeá-la com as armas do conceito. É o caso dos artigos *Endo-Referência de Uma Ciência Formalizada da Natureza*, de Michel Paty, e *Categorias do Ser e Biologia*, de Nelson Papavero e Jair Minoro Abe.

Na seção *Criação*, o crítico de arte Lorenzo Mammi avalia a produção recente dos escultores brasileiros.

Pela sua oportunidade e o seu grau de envolvimento com a sociedade civil, merecem leitura atenta as *Conclusões e Recomendações* do *Fórum Capital-Trabalho*, assim como a *Carta Educação e a Carta Ciência & Tecnologia*, nele produzidas. Iniciado em dezembro de 1991, o Fórum reúne representantes de centrais sindicais de trabalhadores e entidades empresariais (leia texto na página 3).



Milton Santos

CADERNOS

Novos cadernos

Esta é a relação dos cadernos mais recentes lançados nas várias séries da *Coleção Documentos*. São íntegras de palestras realizadas e textos em discussão nas áreas, programas e grupos do IEA. Os interessados na relação completa dos cadernos publicados devem entrar em contato com a secretaria do Instituto.

RÁDIO

Uma Janela Para o Mundo

A rádio USP FM (93,7) transmite aos sábados, às 14h, o programa *Uma Janela Para o Mundo*, produzido pelo IEA. As cópias das gravações podem ser consultadas por pesquisadores. Para isso, os interessados devem entrar em contato com o Centro de Documentação do Instituto. A seguir, a relação dos programas transmitidos no período maio-julho.

- *O Impasse dos Institutos de Pesquisa* - Willy Beçak e Isaias Raw
- *Questões de Política Internacional* - Ricardo Seitenfus
- *Pesquisas em Saúde Pública* - José da Rocha Carvalheiro
- *A Reforma da Constituição em 93* - José Serra e André Franco Montoro Filho
- *Inovações Gerenciais na América Latina* - Carlos Dávila, Bianor Shelza Cavalcanti e Armando Cunha
- *Hegel, Freud e Lacan* - Jorge Forbes e Bento Prado Junior
- *Realidades e Perspectivas do Mercosul* - Ricardo Seitenfus e Sérgio Abreu e Lima Florêncio
- *A Origem da Modernidade na Cidade de São Paulo* - Nicolau Sevcenko e Liana Trindade
- *O Cólera na Cidade de São Paulo* - José da Rocha Carvalheiro, Luiz Carlos Menezes e Álvaro Escrivão
- *As Novas Democracias e a Crise Econômica na América Latina* - Francisco Wefort
- *O Instituto Internacional de Estudos do Trabalho* - Hélio Zylberstajn e Padmanabh Gopinath
- *Fórum Capital-Trabalho I* - Jair Menequelli e Paulo Roberto Pereira da Costa
- *Fórum Capital-Trabalho II* - Dalton Silvano do Amaral e Luis Carlos Menezes
- *As Universidades Brasileiras e o Mercosul* - Nelson Maculam Filho

Assuntos Internacionais

● *CCMS/Cladea/International Innovation Programme* - Carlos Dávila

● *Dirigentes Para Uma Sociedade Dual* - Jacques Marcovitch

Relações Capital/Trabalho

● *Fórum Capital/Trabalho: Conclusões e Recomendações; Memória dos Grupos Temáticos* - Vários autores

Teoria Política

● *As Transformações do Estado no Fim do Século* - Célia N. de Galvão Quirino e Oliveiros S. Ferreira

Impasse dos institutos

A solução para o impasse dos institutos de pesquisa não é de natureza financeira: depende de um maior entrosamento com as universidades. A afirmação foi feita pelo geneticista Willy Beçak, coordenador dos Institutos de Pesquisa da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, durante a conferência que pronunciou em 7 de maio no IEA.

"Através da criação de programas de pós-graduação associados às universidades, os institutos de pesquisas terão condições de garantir o fluxo contínuo de novos pesquisadores", disse. Essa fórmula, segundo ele, foi aplicada com sucesso no Instituto Butantan, onde funciona desde julho de 1991 a primeira pós-graduação em biotecnologia criada no Brasil.

O curso é resultado de um convênio entre o Instituto Butantan, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a USP. Além de enfatizar a renovação



Willy Beçak

dos pesquisadores, ele pretende formar recursos humanos especializados em área considerada de ponta. "A biotecnologia representa o que há de mais avançado em termos de pesquisa científica atualmente, pois envolve técnicas de engenharia genética e de terapia gênica, causadoras de verdadeira revolução na medicina." Informou que estão sendo desenvolvidas em laboratórios a vacina anti-rábica (em cultura de célula), a vacina acelular para coqueluche e a vacina para hepatite tipo B, além de

produtos como a albomina (fator anti-hemofílico) e anticorpos monoclonais para o diagnóstico e o tratamento médicos.

Beçak disse porém que a falta de uma política de ciência e tecnologia atrapalha a aplicação dos resultados práticos dessas pesquisas. "As secretarias federal e estadual da área são órgãos esvaziados. Até o momento foram incapazes de estabelecer parâmetros e medidas de execução de políticas coerentes com nossas reais necessidades." Como exemplo, citou o caso do Plano Quinquenal de Saúde (1990-1995), elaborado pelo governo federal: "Depois de dois anos e meio nada foi implementado, as metas não saíram do papel".

Segundo ele, a ausência de uma política na área compromete a colaboração dos institutos de pesquisa para o desenvolvimento econômico e social do País. "O Instituto Agrônomo, que no passado recente cultivou e aperfeiçou

plantas para a agricultura do interior paulista, não é hoje plenamente aproveitado em seu potencial. Também estão na mesma situação os institutos das áreas de zootecnia e saúde."

Beçak crê na necessidade de rever o número de institutos de pesquisa vinculados diretamente às secretarias estaduais de São Paulo. "Em uma situação de crise econômica é difícil manter em funcionamento 18 institutos de pesquisas, com cerca de dois mil pesquisadores. Creio que devemos reduzi-los e concentrá-los em áreas de excelência, onde grupos habilitados possam trabalhar com equipamentos e recursos necessários para desenvolver pesquisa científica de boa qualidade."

Na sua opinião, os institutos também deveriam separar-se "da vala comum do funcionalismo público, desligando-se das secretarias e formando um único órgão colegiado, com autonomia financeira".

SAÚDE

O cólera em S. Paulo

Sudeste e Sul preparam-se para enfrentar o cólera, ampliando, num primeiro momento, a sensibilidade do Sistema de Vigilância Epidemiológica. Trata-se de detectar, com presteza, o surgimento dos primeiros casos autóctones. Tem-se como certo que isto ocorrerá. A estratégia adotada consiste em reduzir o impacto da epidemia. As epidemias não são sempre iguais em qualquer tempo, em todos os lugares. Um sistema de atenção médica eficiente é capaz de reduzir o número de mortos, ainda que medidas profiláticas eficazes não tenham sido tomadas.

O IEA preocupou-se com a questão do cólera desde seu surgimento no litoral peruano, no início de 1991. Convidou o pesquisador peruano Carlos Reyna, que, em setembro de 1991, participou dos esforços de abordagem dos aspectos sociais, econômicos e políticos da epidemia. Sua contribuição (*Crônica Sobre o Cólera no Peru*) foi discutida em duas palestras, uma mesa-redonda no Congresso dos Sociólogos de São Paulo e numa entrevista no programa radiofônico do IEA *Uma Janela Para o Mundo*.

A discussão sobre prevenção do cólera, ocorrida no Foro da Cidade de São Paulo no início de 1992, motivou a Reitoria da USP a oferecer a oportunidade à Comissão de Prevenção e Combate ao Cólera, da Prefeitura do Município de São Paulo, de ter seu *Documento Informativo - Cólera* debatido numa reunião especial, promovida pelo IEA/USP, pela Faculdade de Saúde Pública e pela Secretaria Municipal de Saúde. Realizada na sede

do IEA, em 22 de maio, a reunião desdobrou-se em duas etapas. Na primeira, o documento foi comentado por professores da USP e outros técnicos convidados. Na segunda etapa, discutiu-se a viabilidade de uma participação ativa do corpo discente na elaboração e execução de projetos específicos. Esta, contou com a participação da Ceca, responsável pela coordenação de projetos deste tipo.

Pela própria natureza do documento preparado pela Secretaria Municipal de Saúde, a discussão prendeu-se quase exclusivamente a aspectos ligados à estrutura epidemiológica do cólera: saneamento básico (água, esgoto, lixo), alimentos (hortas, comércio ambulante), habitação (favelas, cortiços). Enfatizou-se a questão da comunicação social, centrando-se a atenção na formação de imagem, participação popular e propaganda.

Abriu-se a perspectiva de que a prefeitura elabore um elenco de problemas prioritários, a serem submetidos à Universidade, sob a forma de consulta. A elaboração dos projetos específicos, por equipes multiprofissionais de estudantes e professores, levará em conta as especificidades em cada passo. Favorável, neste sentido, é a regionalização administrativa municipal, especialmente na área da saúde, e a existência dos Conselhos de Gestão Regional que contam, em sua estrutura, com a representação de associações de moradores. Espera-se, assim, colocar a USP à disposição da população para tratar de problemas reconhecidos como prioritários de maneira descentralizada, objetivando-os e buscando propostas de solução. Compartilhando a execução destas tarefas com a administração municipal e com os principais interessados: os moradores dos locais problemáticos.

(José da Rocha Carvalheiro - professor visitante do IEA)

PROGRAMAÇÃO AGO-SET/1992

DATA	TEMA	CONFERENCISTA	
13/8 - 14h30	BRASIL: IMPASSES E AÇÕES	Alfredo Bosi e Lúcio Kowarick; Sérgio Morgado (Min. do Exército)	<i>Mesa-redonda</i>
14/8 - 14h30	EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA RECENTE: CHINA E CEI	Roberto Abdenur (MRE) e Lenina Pomeranz (CEPSt)	<i>Área de Assuntos Internacionais</i>
18/8 - 10h	BASES DE UM DESENVOLVIMENTO MODERNO	João Paulo dos Reis Velloso (Fórum Nacional de Desenvolvimento)	<i>Área de Política Científica e Tecnológica e Programa Educação Para a Cidadania</i>
19/8 - 15h	LA LITTÉRATURE FRANÇAISE CONTEMPORAINE	Michel Butor (França)	<i>Palestra</i>
20/8 - 9h	CONDICIONANTES CULTURAIS NA EDUCAÇÃO	Eduardo Portella (Unesco)	<i>Conferência do Mês Programa Educação Para a Cidadania</i>
27/8 - 9h	L'HOMME GREC	Jean-Pierre Vernant (Collège de France)	<i>Palestra</i>
27/8 - 15h	A HISTORIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA REVISITADA	Jorge Couto e Manuela Mendonça Fernandes (Univ. de Lisboa); Luís de O. Ramos (Univ. do Porto)	<i>Cátedra Jaime Cortesão</i>
17/9 - 9h	A TRAJETÓRIA DE EMPRESÁRIOS NEGROS NO BRASIL	Cléber Aquino (FEA) e Fernando Conceição (Núcleo de Consciência Negra)	<i>Mesa-redonda</i>
18/9 - 9h	GOOD BYE TO "TRISTES TROPES"	Marshall Sahlins (Univ. de Chicago, EUA)	<i>Palestra</i>
21/9 - 9h	DIRETRIZES PARA A REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1993	Bolívar Lamounier e Celso Bastos	<i>Programa Reforma Constitucional de 1993</i>
23/9 - 9h	A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E O MERCOSUL*	Geraldo Barros (Esalq) e Ricardo Seitenfus	<i>Projeto Mercosul</i>

Local: sede do IEA, exceto: (*) - Anfiteatro do Pavilhão de Engenharia da Esalq, em Piracicaba. Os eventos são abertos ao público e não necessitam de inscrição.

**estudos
AVANÇADOS**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS
Conselho Deliberativo: Jacques Marcovitch (*diretor*); Alfredo Bosi, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic, João Evangelista Steiner, Júlio Cezar Franco de Oliveira, Umberto Giuseppe Cordani e Walter Colli.

Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior. Redação: Mauro Bellesa (*jornalista responsável*) e Dario Borelli. Endereço: av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP. Telefone: (011) 813-3222, ramais 2519 e 2730. Fax: (011) 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.